



Histórias silenciadas: a presença feminina na formação dos grupos escolares no estado do Pará

Silenced stories: the female presence in the formation of school groups in the state of Pará

Cecília Vitória Pio da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3166-0761>

Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, Email: ceciliaufpa@gmail.com

Lívia Sousa da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1652-1041>

Programa de Pós-Graduação em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, Email: liviasilva@ufpa.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2026v9n1ID44212

Citação: Silva, C. V. P. da, & Silva, L. S. da. (2026). Histórias silenciadas: a presença feminina na formação dos grupos escolares no estado do Pará. *History of Education in Latin America - HistELA*, 9(1), e44212. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/44212>

Conflito de interesses: As autoras afirmam não possuir interesses concorrentes.

Recebido: 03/06/2026

Aprovado: 27/09/2026

OPEN ACCESS

Resumo

O presente estudo analisa a presença feminina na formação dos grupos escolares no estado do Pará na primeira metade do século XX. O objetivo é investigar os papéis desempenhados pelas mulheres na constituição e manutenção dessas instituições, bem como destacar suas contribuições para a educação paraense. A pesquisa possui abordagem qualitativa, baseada na análise de documentos legislativos, dissertações e teses sobre os grupos escolares. Como referencial teórico, utiliza os estudos de Del Priore (2004), Perrot (2019) e Louro (1997). Os resultados evidenciam a importância das educadoras na consolidação dos grupos escolares e na construção do cenário educacional paraense.

Palavras-chave: Mulheres. República. Docência. Grupos escolares. Pará.

Abstract

This study analyzes the presence of women in the formation of school groups in the state of Pará during the first half of the 20th century. The objective is to investigate the roles played by women in the constitution and maintenance of these institutions, as well as to highlight their contributions to education in Pará. The research employs a qualitative approach, based on the analysis of legislative documents, dissertations, and theses on school groups. The theoretical framework draws on the studies of Del Priore (2004), Perrot (2019), and Louro (1997). The results demonstrate the importance of female educators in the consolidation of school groups and in the construction of the educational landscape of Pará..

Keywords: Women. Republic. Teaching. School groups. Pará.

Introdução

Este estudo aborda a presença feminina na formação e no funcionamento dos grupos escolares no estado do Pará, na primeira metade do século XX. É preciso sinalizar que, ao longo da primeira metade do século XX, as mulheres passaram a ocupar espaços cada vez mais significativos no campo educacional brasileiro, especialmente na docência primária. Nesse contexto, esta pesquisa discute a presença da mulher educadora na docência e em postos de comando dos grupos escolares na cidade de Belém do Pará. Sendo assim, para a autora Rafaela Costa (2011), durante o período republicano, foi intensificada uma relação de dominação no plano simbólico, a qual fora sustentada também por instrumentos educacionais auxiliares na legitimação da ideologia republicana.

Sob essa perspectiva, tal ideologia defendia a construção de papéis sociais assimétricos e opostos para homens e mulheres. Diante disso, os espaços para tomada de decisão, poder e fala, eram destinados unicamente aos homens, considerados como grupo dominante. Portanto, para assegurar a continuidade desse lugar de privilégio, foi necessária a aceitação desse papel por parte das mulheres, que, eram vistas como grupo dominado, inferior. Dessa forma, a educação tornou-se um dos mecanismos utilizados para manter essa relação de submissão, uma vez que, tornou-se consenso social de que a mulher não deveria ocupar a academia, já que não condizia com as suas obrigações sociais de filha respeitosa e obediente; esposa amante e sincera; mãe carinhosa e desvelada na educação de seus filhos (Vilhena Alves apud Costa, 2011, p. 78).

Nessa conjuntura, a mulher escolarizada ou que desejasse elevar seu grau de instrução, era associada a concepção de rebelde, consequentemente gerando desagrado perante o modo de vida que a sociedade lhe exigia. Essa ideia já vigente na época, ganhou grande disseminação por influência de fatores históricos, políticos, sociais e religiosos que reforçaram a organização patriarcal que se fincou a sociedade. Isto posto, as relações patriarcais, suas hierarquias e sua estrutura se impregnaram também no Estado (Heleieth Saffiot, 2015, p. 58) de maneira a ressoar tal concepção até a atualidade. Sabendo-se disso, o caminho percorrido por essas mulheres para adentrar ao espaço público, foi notoriamente desafiador, uma vez que, a permissão para transitar esses espaços era destinada especialmente ao público masculino.

À vista disso, as donas de casa que tentavam quebrar os padrões através de uma autonomia profissional, estavam sujeitas a sofrer o preço do estigma social associado ao ser “mulher pública”. Essa afirmação se justifica pois, ao invés de receberem admiração ao ocuparem cargos públicos — como acontecia com os homens — elas

eram julgadas, e até mesmo assediadas, precisando defender sua reputação contra a “poluição moral” normalizada na época, de acordo com Cláudia Fonseca (2000).

Na passagem do século XIX para o século XX, diversos países da Europa e da América do Norte transitam por um período de intensas transformações sociais e políticas que, consequentemente impactaram a condição feminina. Nesse viés, o movimento feminista ganha força, impulsionado por mulheres que passaram a se posicionar politicamente e reivindicar seus direitos civis, educacionais e políticos, especialmente no que diz respeito ao voto como relata a autora Michelle Perrot (2007). Essas reivindicações são movidas também, pela necessidade de complementar a renda familiar, ou até mesmo sustentar a família.

Esse período, foi marcado pela emergência de associações femininas e movimentos sufragistas que passaram a questionar a exclusão das mulheres da vida pública e política. Nessa disposição, de acordo com Maria Lúcia Miller (1999), com a chegada da república e o aumento de escolas e professoras, aconteceu uma conexão automática do ensino público com a modelagem da nação e da mulher como professora. Sobre isso, não só a educação, mas a imprensa também foi amplamente utilizada para a disseminação do ideário de mulher-mãe, além de costumes e valores morais que deveriam ser preservados por elas. Por esses motivos, tais mulheres viram na educação, uma porta de entrada para o acesso aos espaços públicos e, apesar de todas as contradições e limitações que sofreram, elas ousaram e transgrediram seu tempo, por meio da escrita e da educação.

Após esta breve exposição, é necessário expor que este estudo se debruça sob a seguinte questão problema: “De que maneira as mulheres participaram da formação e do funcionamento dos grupos escolares no estado do Pará na primeira metade do século XX e como essa atuação tem sido silenciada na historiografia da educação?”. Portanto, a necessidade desta investigação se justifica pelo fato de que, durante anos, a mulher sofreu inúmeras formas de violência, e o apagamento de sua história foi uma delas. Sabendo disso, evidencia-se a necessidade de estudos que confirmem maior visibilidade ao campo das pesquisas feministas, movimento que contribui significativamente para o resgate histórico dos direitos e da valorização das mulheres na sociedade.

Procedimentos metodológicos

Este estudo foi desenvolvido a partir da abordagem qualitativa e documental que possibilitou analisar documentos, registros e discursos acerca da presença feminina nos grupos escolares do estado do Pará. A partir da pesquisa qualitativa, é possível estudar diversos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Dessa forma, pode-se compreender melhor um fenômeno no contexto em que ele ocorre, podendo ser analisado numa perspectiva integrada (Godoy, 1995, p. 21). É oportuno expor que, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, estudando situações em seus cenários naturais, interpretando-os a partir dos significados que as pessoas a eles conferem (Augusto et. al. 2014, p. 784).

A pesquisa documental, de acordo com Pádua (2016), é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados). Esse tipo de análise é grandemente utilizado nas ciências sociais e na investigação histórica, a fim de descrever ou comparar fatos sociais estabelecendo suas características ou tendência. Além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como

dados estatísticos, elaborados por institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa.

A partir desse processo, foi possível selecionar os estudos mais relevantes para os objetivos da pesquisa e organizá-los de acordo com temas recorrentes, favorecendo a compreensão da construção de sentidos, conforme orientam Prado e Moraes (2011). Da mesma forma, a análise dos dados será fundamentada na perspectiva da História cultural e da História das Mulheres, entendida como um campo historiográfico voltado à compreensão das culturas ao longo do tempo ou em determinados contextos históricos, conforme Barros (2013). Por isso, contribuirá para a análise das fontes e para a interpretação dos aspectos socioculturais que influenciaram a formação de determinados fenômenos e contextos históricos.

Ademais, é imprescindível expor que segundo De Santi e Tollier (2020), a História das Mulheres constitui um campo historiográfico relativamente recente, que se desenvolveu ao longo do século XX. Inicialmente, esse campo foi recebido com desconfiança e descrédito, porém ganhou destaque por sua importância na reconstrução do passado feminino. Nesse sentido, os autores afirmam que essa perspectiva propõe uma mudança de paradigma na historiografia, ao reformular categorias tradicionais de análise histórica e apresentar novas formas de interpretar o passado. Assim, trata-se de uma abordagem que busca atribuir significado às experiências das mulheres e ampliar as maneiras de compreender a história, considerando também os diferentes fatores sociais que influenciam suas trajetórias (De Santi & Toillier, 2020, p. 3).

Exposto isso, foi feito um levantamento de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), por meio do termo “grupos escolares”. Ao realizar esse procedimento, foram encontrados aproximadamente 500 resultados, que precisaram ser selecionados a partir dos filtros “Pará”, “Universidade Federal do Pará – UFPA” e “Universidade Estadual do Pará – UEPA”, um recorte geográfico específico para encontrar estudos relacionados a região de interesse deste artigo. Após esse refinamento dos dados, foram identificados 15 estudos, que dentre eles, 4 não se relacionavam à temática da pesquisa, e foram descartadas, restando apenas 11. Dentre estes 11 trabalhos, 1 deles não possuía divulgação autorizada e 1 não foi encontrado, restando, portanto, 9 trabalhos — 1 tese e 8 dissertações.

Esse levantamento permitiu compreender a participação, o papel e a influência das mulheres na formação dos grupos escolares presentes nos textos selecionados. Assim sendo, a organização dessas informações possibilitou a construção de um panorama inicial da produção acadêmica sobre grupos escolares no estado do Pará, contribuindo para o mapeamento de pesquisas já existentes sobre a temática. Esse procedimento permitiu reunir dados referentes ao título do trabalho, autor, instituição de origem, grupo escolar investigado, período abordado e, principalmente, a atuação das mulheres na constituição e funcionamento dessas instituições escolares, que foram sistematizados em um quadro, para a posterior análise.

Mulheres, gênero e educação na sociedade republicana

Ao final do século XIX e início do século XX, inspirados pelo liberalismo e positivismo, surgem novos padrões comportamentais no que diz respeito às expectativas e valores para a civilização moderna. No contexto republicano, a configuração social existente compreendia apenas os “direitos do homem e do cidadão”, excluindo tudo aquilo que não se alinhava aos critérios de verdadeiros “cidadãos da república”, como as mulheres (Carvalho, 1990). Diante disso, dentre tantas características deste período,

tem-se a desvinculação religiosa dos costumes; uma sociedade cada vez mais urbanizada e uma industrialização marcada pela intensa demanda por mão de obra de baixo custo.

Neste momento, embora a ideologia liberal burguesa já estivesse presente durante o período imperial, o liberalismo ainda não se consolidava plenamente naquele contexto, uma vez que a sociedade brasileira permanecia estruturada sobre o regime escravocrata e possuía um setor industrial ainda em desenvolvimento. Portanto, para que o Estado assegurasse a preservação desse ideário, foi necessário difundir padrões de valores considerados ideais, com o objetivo de manter a ordem social, processo obtido também por meio da educação. Esse movimento, modificou gradualmente as relações entre homens e mulheres, além de influenciar para que fossem estabelecidas lutas por instrução, trabalho assalariado e autonomia civil e política — os quais eram dispostos de maneira desigual entre os homens e mulheres.

Assim sendo, a ideologia liberal burguesa vigente, disseminou a ideia de que todos os homens são iguais perante a lei e que a educação deve ser proporcionada a todos, de maneira igualitária (Oliveira & Martiniak, 2018, p. 2). De acordo com Guacira Lopes Louro (2004), dentre as poucas escolas existentes, a maioria era destinada aos meninos, fundadas por congregações religiosas e mantidas por professores leigos para as classes masculinas e professoras para as classes femininas.

Logo, a educação deveria servir como um instrumento civilizador, na tentativa de homogeneizar a república, constituída por uma população extremamente diversa. Dessa maneira, a instrução pública torna-se veículo para reorganizar a sociedade e transformar os cidadãos em patriotas obedientes às ordens sociais e econômicas, preparando-os para aceitar passivamente hierarquias e ocupar funções no sistema produtivo. Esse processo coloca a educação a favor das elites, como mecanismo de manutenção da ordem social.

Desse modo, a ideia de nova ordem social passa a ser propagada nos grupos escolares do país, que foram implantados com a proposta de educação integral do indivíduo e visava preparar o cidadão para a sociedade (Barreto, 2016, p.). Nesse contexto, acreditando que a educação efetivaria os ideais republicanos, a instrução das mulheres foi ofertada nas instituições de ensino de acordo com os objetivos delineados pelos intelectuais apoiadores do Estado — que determinava a educação. É imprescindível destacar ainda, que, no Brasil, a igreja católica teve grande influência nas normas e restrições estabelecidas ao sexo feminino, defendendo a santidade do casamento, e uma educação destinada às futuras esposas e mães (Almeida, 2011, p. 144).

Partindo deste princípio, o ideário católico feminino era de que as mulheres eram indispensáveis no fortalecimento do lar cristão. Por isso, moralidade e religiosidade deveriam ser seus sobrenomes, e, caso fugissem dessa norma, eram consideradas transgressoras, devendo sofrer a rejeição social, ao passo de que eram marcadas pelo estigma do “pecado” (Almeida, 2011, p. 144). O catolicismo, fundamentado no cristianismo desde sua origem, colabora para que sejam talhadas mentalidades, comportamentos e mudanças concretas em vários grupos sociais. Para Souza (2007, p. 19):

Historicamente, as religiões não têm protagonizado mudanças sociais no que se refere à superação da noção de subordinação feminina. Ao contrário, frequentemente têm reforçado representações domesticadoras, traduzindo o ser mulher como ser virtuosa, o que implica dizer ser uma boa mãe, ser uma boa esposa, ser uma boa dona de casa, ser uma serva fiel na religião etc. Ser boa mãe, esposa, dona de casa e fiel religiosa implica reproduzir as normas já objetivadas que reservam às mulheres alguns atributos: fragilidade, submissão, cuidado (com filhos, marido e atividades domésticas)

etc. A exclusividade da religião no contexto familiar perdurou por séculos. A casa, lugar intocável pelo Estado e pela sociedade circundante, deixou-se tocar pela religião, que durante anos a fio conseguiu uma ascendência sobre o lar que nenhuma outra instituição social alcançou, além da própria instituição familiar.

Sabendo disso, é este imagético social acerca das mulheres que inicia o processo de feminização do magistério. A confiança depositada pelo liberalismo junto à igreja, na capacidade transformadora da escola mostrou-se limitada, já que, ao concretizar esse ideal, destina as mulheres de forma vocacional à tarefa de educar a infância. Para Almeida (2014), a representação do imagético de mulher associada à pureza e ao afeto constituiu-se ao final do século XIX e permaneceu ao longo do século XX, desenvolvendo o processo de feminização do magistério, iniciado por volta de 1800 e intensificado durante o período republicano.

Esse modelo social contribuiu para o silenciamento das mulheres, na medida em que lhes eram negadas possibilidades efetivas de escolha e de autodeterminação sobre seus próprios projetos de vida, sendo compelidas a priorizar o atendimento às expectativas sociais. Nessa perspectiva, seus desejos e aspirações deveriam permanecer à penumbra de uma suposta sacralização construída socialmente, a qual funcionava como mecanismo de contenção e limitação da expressão e da autonomia feminina.

A escritora e feminista Michelle Perrot (2007), explica que as mulheres permaneceram por muito tempo “confinadas num silêncio de um mar abissal”, além disso:

Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão". Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno. (Perrot, 2007, p. 7).

Nesse contexto, a influência da igreja Católica começou a ser enfraquecida com a separação entre Igreja e Estado, que passou a ser oficialmente laico, o que também reduziu em certa medida, o seu domínio sobre o campo educacional. Além disso, esse poder religioso foi parcialmente impactado pela entrada do protestantismo no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Essa nova vertente religiosa trouxe valores éticos e visões de mundo com forte dimensão política, associados ao que foi interpretado como a relação entre ética protestante e o desenvolvimento do capitalismo (Almeida, 2011. p. 146).

Esta moral baseada em dois pesos e duas medidas, a qual atribuía privilégios aos homens e obrigações às mulheres, como a imposição da fidelidade irrestrita, já vinha sendo questionada desde o século XVII por mulheres inglesas e, posteriormente, no século XIX, por feministas vinculadas ao International Council of Woman, reunidas em Washington, em 1888 (Almeida, 2007). Desse modo, ainda que essas ativistas lutassem pela ampliação dos direitos femininos, muitas continuavam a compreender o casamento como um destino natural da mulher e a maternidade, decorrente dessa união, como sua maior realização.

Isto posto, mesmo almejando a sua autonomia, o compromisso com a missão materna, constituído e reforçado pela ideologia dominante e pelos processos educativos, acabava por submetê-las a uma condição de contínua dependência, ao desvincular a identidade materna de outras formas possíveis de realização pessoal. Dessa forma, de acordo com Almeida (2007), o sistema patriarcal no Brasil foi influenciado pela cultura francesa e pela tradição religiosa luso cristã, especialmente

no meio rural — onde grande parte da população continuava analfabeta (Guacira de Lopes Louro, 2004, p. 371) — onde padres e capelãs ajudavam a manter esses valores religiosos. Após isso, pastores protestantes também passaram a atuar nas cidades, vilas e sertões, difundindo novas ideias religiosas entre a população ligada à economia açucareira.

Nos centros urbanos, líderes religiosos e grupos dominantes se uniram à burguesia em ascensão, no final do século XIX e início do século XX, para fortalecer e impor seus valores na sociedade. Nesse contexto, tanto no campo quanto na cidade, as mulheres foram vistas como as principais responsáveis por preservar a moral, a ordem e os princípios cristãos, sem grandes diferenças entre católicos e protestantes. Além, disso, algo muito comum à esta época, foi o discurso sanitarista, que teve propagação em razão das várias doenças infecciosas disseminadas na época, especialmente nas cidades com condições sanitárias ruins.

Dito isso, entre as principais doenças citadas nos estudos, estão a tuberculose, varíola, febre amarela, cólera, sarampo e gripe espanhola. Esse movimento influenciou as práticas educacionais e de saúde pública no Brasil no fim do século XIX e início do século XX e reforçou ainda mais a ideia de amor materno, apoiado pela igreja, apresentando as mulheres como guardiãs do lar e educadoras dos filhos. Logo, objetivando a não contaminação do alunado por meio destas doenças, os médicos e educadores passaram a defender que a escola deveria ensinar e preservar hábitos de higiene e ter ambientes bem ventilados e limpos, pois acreditavam que isso ajudaria a prevenir o contágio e melhorar a saúde da população e dos alunos:

A questão da higiene refletiu nos grupos escolares, que deveriam “cultivar hábitos saudáveis, promover atitudes higiênicas [e] prevenir doenças desde a infância” (Azevedo; Stamatto, 2012, p. 61), por meio da construção de salas de aulas com dimensões amplas, pois “se atribuíam as doenças aos ares impuros e malcheirosos, por contágio em lugares apertados, com pouca ventilação” (Reschke, 2019, p. 51).

A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, vivia uma realidade totalmente desorganizada durante o século XVIII (D’Incao, 2004, p. 187), quase sem regras nos espaços urbanos, onde o cheiro residual era tão forte que um dos ministros do governo português registrou seu descontentamento com a situação da cidade. Diante desta situação, a cidade precisou passar por uma reorganização das propriedades privadas e públicas, porém, até o início do século XIX no Brasil, ainda não havia leis que regulamentassem a utilização dos espaços e limpeza destes. É possível citar que:

Os espaços para o abate de animais domésticos e para a lavagem de roupas, as fontes centrais, bem como os terrenos para criação de animais e locais para cortar lenha foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades para a periferia. A arquitetura dos sobrados se desenvolveu fazendo da rua “uma serva da casa”; portas e janelas abriam-se diretamente para ela. Autoridades públicas limitaram o “mau uso” da casa e tenderam a estabelecer uma nova atitude em relação às ruas, agora consideradas “lugares públicos” e que por isso deveriam manter-se limpas. Com isso, o lugar público ganha, então, um significado oposto ao do uso particular (D’Incao, 2004, p. 188).

Consequentemente, esse papel doméstico contribuiu para que, mais tarde, sua atuação como professoras fosse socialmente aceita, especialmente com o apoio das ideias republicanas e do Estado. Assim, as mulheres passaram a ser consideradas responsáveis pela formação moral e cívica das novas gerações, em um discurso que ao mesmo tempo as valorizava e limitava seus papéis sociais. Em relação a isso, Barreto (2006) expõe que:

Almeida (2006) disserta sobre a feminização do magistério iniciada nos anos finais do século XIX e intensificada no século XX, influenciada pela crença de que a figura materna da mulher na escola auxiliaria na construção de uma sociedade ordeira, pois

como mães estariam prontas para cuidar das crianças e instruir nos primeiros anos de escolarização (Barreto, 2016, p. 14).

Ao mesmo passo que a família burguesa urge por reforçar o imaginário de amor à família e o cuidado com o marido e com os filhos, ela redefine o papel feminino, impondo que ficariam reservadas novas atividades para a mulher, encontradas no interior do espaço doméstico. Percebe-se, portanto, um endossamento desse papel por parte dos conhecimentos médicos, educativos e da imprensa, numa sequência de propostas que buscavam moldar a mulher para exercer o papel de guardiã do lar e da família — uma tentativa de acabar com o ócio feminino, ocupando ao máximo as mulheres aos trabalhos domésticos.

É interessante citar as obras de Machado de Assis escritas a partir de 1882, nas quais o autor descreve famílias majoritariamente urbanas, compostas pelo núcleo formado pelo marido, esposa e filhos. Na obra “Esaú e Jacó”, por exemplo, existe uma distribuição de papéis que revela a crescente sacralização da mulher como mãe em meio ao sofrimento, enquanto os deveres direcionados para o pai, dizem respeito a ganhar dinheiro e sustentar a família (D’Incao, 2004, p. 198). À vista disso, pode-se perceber como, também através das obras da época, a mulher é representada como doméstica, esposa e frágil ou mãe amorosa.

Portanto, compreende-se que a inserção das mulheres no campo educacional, especialmente no ensino primário, este diretamente relacionada às construções sociais e simbólicas propagadas tanto pela religião quanto pelo Estado, que associavam o feminino às funções maternas, morais e civilizadoras. Esse processo, impulsionado pelo projeto republicano de formação de cidadãos e pela expansão da instrução pública, favoreceu a presença feminina nos grupos escolares, instituições concebidas como espaços estratégicos para a consolidação dos ideais de modernização e progresso.

Nessa ótica, torna-se fundamental analisar como essas dinâmicas se materializaram no contexto paraense, investigando a atuação das mulheres na formação e no funcionamento dos grupos escolares no estado do Pará, bem como os modos pelos quais essa participação tem sido registrada — ou silenciada — através de dissertações e teses que abordam a formação e consolidação dos grupos escolares no referido estado.

A presença feminina na formação dos grupos escolares no Pará

A autora Michelle Perrot (2019) descreve que, para escrever a história, precisa-se de fontes, documentos e vestígios, porém, quando se trata da história das mulheres, isso se torna uma dificuldade. Essa afirmação se baseia no fato de que, a presença feminina é constantemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, são destruídos — há uma deficiência na existência dessas fontes (Perrot, 2019, p. 9). Essa situação comprovou-se ao analisar os estudos selecionados para investigar a presença feminina na formação dos grupos escolares no Estado do Pará, pois, pôde-se perceber a escassez de escrita acerca das contribuições femininas.

Tais estudos, em sua maioria, tem poucas passagens relatando a atuação das mulheres seja no magistério, administração ou outra profissão. No entanto, o que se procedeu neste artigo, foi uma espécie de estudo de vestígios arqueológicos sobre esses textos, que permitiu reunir e analisar as informações contidas nos parágrafos a seguir.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a presença feminina na formação dos grupos escolares no Pará constitui um fenômeno histórico que precisa ser

devidamente analisado a partir da articulação entre transformações institucionais, discursos e representações sociais sobre o papel das mulheres na educação. Dessa forma, a inserção feminina no magistério não foi um processo linear ou espontâneo, mas esteve profundamente relacionada à expansão da escolarização republicana, às necessidades administrativas do Estado e às condições culturais que associavam a docência às qualidades consideradas naturais da mulher.

Assim sendo, a instituição dos grupos escolares no Brasil fez parte de um amplo projeto de reorganização da instrução pública e de construção da nacionalidade. Logo, conforme evidenciado por Costa (2011) em sua dissertação sobre o Grupo Escolar Lauro Sodré, o projeto nacional de instrução primária republicano, denominado de grupo escolar, iniciou sua propagação no país a partir do ano de 1894, no estado de São Paulo, sendo concebido como estratégia para retirar o país do atraso e inseri-lo no contexto de seu desenvolvimento e progresso nacional. Pode-se perceber então, que tal concepção evidencia o papel que fora atribuído à escola primária, a qual deveria ser um instrumento de modernização social e política, inserindo a educação no centro das preocupações republicanas.

No estado do Pará, a adesão a esse novo modelo ocorreu ao final do século XIX, em meio às reformas educacionais promovidas durante o governo de José Paes de Carvalho (Maués, 2020). Assim sendo, a implantação da Escola Normal, da Escola Modelo e dos primeiros grupos escolares integrou o contexto de reorganização da instrução pública, impulsionado pelo crescimento econômico proporcionado pelo ciclo da borracha vigente à época. Assim, essa expansão foi significativamente grande, de modo que em 1908, havia um total de 36 grupos escolares no Pará — 7 localizados em Belém e 29 no interior do estado, evidenciando o alcance deste projeto educacional (Maués, 2020, p. 59).

Desse modo, durante esse momento de expansão institucional, a presença feminina no magistério começa a se intensificar, especialmente com a valorização da formação de normalista. É importante destacar que, a criação do Grupo Escolar de Abaeté, em 1903, constitui um exemplo elucidativo desse processo. Afirma-se isto pois, os atos oficiais de nomeação registram que o quadro funcional incluía professoras responsáveis por diferentes funções, como a Maria de Jesus Leal Castilho na escola complementar mista; a professora Francisca de Almeida Pimentel e Maria de Nazareth Moraes na seção feminina.

Exposto isso, essa configuração revela que tal reorganização escolar implicou também a ampliação do corpo docente feminino, ao passo de que consolidava novas formas de divisão de trabalho pedagógico no interior das instituições. No entanto, a presença das mulheres nesses espaços não significou a eliminação das hierarquias de gênero, pelo contrário, elas continuaram a existir. Diante disso, pode-se citar que, a introdução do cargo de diretor nos grupos escolares evidencia o fortalecimento do controle estatal sobre o trabalho docente e a regulação da predominância masculina nas posições de autoridade.

Na dissertação de Maués (2020) sobre a história do Grupo escolar de Abaeté (1903-1923), o autor evidencia que “mesmo com a crescente e acentuada presença de mulheres professoras, isto não impediu que este cargo, por sucessivas décadas, fosse ocupado quase que unicamente por homens”, demonstrando como a feminização do magistério não se traduziu em igualdade de acesso aos postos de direção. Além disso, no relatório de 1907 do Grupo Escolar de Abaeté, o diretor descrevia essas instituições como núcleos onde “jorravam cristalinas águas do saber para a infância, que ansiosamente ia buscar esse bálsamo suavizador dos grandes males: a instrução” (Maués, 2020, p. 87). Evidencia-se a partir desta metáfora a centralidade atribuída a escolarização como meio de regeneração social e de promoção de progresso.

Concomitantemente, a materialização deste ideal republicano foi marcada por grandes contradições estruturais. Ora, apesar do discurso modernizador que acompanhava a implantação dos grupos escolares, muitos deles enfrentaram a precariedade física e a ausência de prédios próprios. Em muitos casos, esses grupos escolares funcionavam na casa das professoras, a exemplo, no caso de Abaeté, relatórios oficiais presentes na dissertação analisada indicam que o estabelecimento funcionava em um sobrado alugado, descrito como “antigo e de construção fraquíssima”, “encontrando-se em ruína” e incapaz de resistir “aos embates do tempo e da actual estação invernosa” (Maués, 2020, p. 82). Esse relato evidencia as tensões entre o projeto pedagógico inovador e as limitações concretas enfrentadas pelas instituições escolares do interior do estado.

A atuação das professoras deve ser, portanto, compreendida também como parte de um processo de interiorização do ensino e da ampliação das oportunidades de escolarização. Diz-se isso pois, a organização dos grupos escolas em seções masculinas, femininas e mistas indica a preocupação em atender às demandas locais por instrução, especialmente entre os segmentos sociais ligados à elite econômica municipal. Destaca-se que, a criação de cinco escolas primárias no Grupo Escolar de Abaeté, destinadas a atender a uma parcela reduzida da população urbana, revela que a expansão educacional esteve relacionada aos interesses da classe dominante, que impulsionou o projeto republicano no município.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se ampliava a presença feminina no magistério, consolidava-se a construção simbólica da professora como agente civilizadora da infância. Portanto, a entrada feminina no campo do trabalho docente representou uma possibilidade concreta de atuação na esfera pública e de conquista de reconhecimento social. Paralelamente a isso, a formação normalista conferia prestígio e garantia relativa estabilidade econômica, permitindo que muitas mulheres passassem a exercer funções antes restritas aos homens. Apesar disso, essa inserção foi acompanhada por mecanismos de vigilância e controle moral, que delineavam as formas legítimas de participação feminina no mundo do trabalho.

É possível citar a tese de Nery (2023) intitulada “A professora primária nas personagens femininas nas obras romanescas de Lindanor Celina (1920-1930)” que analisa a representação da mulher docente a partir das personagens presentes nos romances da escritora paraense. Posto isso, a investigação situa-se no campo da História da Educação e parte da compreensão de que a literatura pode constituir fonte documental para a análise de discursos sociais sobre a docência feminina, especialmente no contexto de 1920 a 1930.

Sendo assim, o autor examina personagens professoras que atuam tanto em escolas isoladas quanto em grupos escolares, demonstrando como essas figuras femininas oscilam entre a reprodução do modelo hegemônico da chamada “professora ideal” e a emergência de comportamentos considerados transgressores. Sabendo disso, essa análise expõe a forma em que a docência primária feminina era atravessada por expectativas morais rígidas e por uma vigilância constante sobre o corpo e a conduta das mulheres, uma vez que o imaginário social da época construía a professora como uma profissional “assexuada”, destituída de desejos e totalmente dedicada à missão educativa, como explicita o excerto:

De certa forma, conforme sinalizam os discursos romanescos de Lindanor Celina, para ter uma imagem aceitável no ambiente escolar, a mulher docente tinha de atender às expectativas e demandas da sociedade patriarcal, submetendo-se a padrões comportamentais que a incentivavam a contrair casamento e abraçar seu destino “natural” (Nery, 2023, p. 121).

Apesar da tese em questão retratar as obras de Lindanor sobre personagens e cenários fictícios, ela contribui para a possibilidade de compreender as formas simbólicas de silenciamento impostas às mulheres docentes. Uma vez que o estudo explora a construção literária dessas personagens, ele revela que o exercício do magistério não significava apenas inserção no espaço público ou conquista de autonomia econômica, mas também implicava a submissão a normas sociais que delimitavam as formas legítimas de atuação feminina.

Essa abordagem aproxima-se das reflexões de Guacira Lopes Louro (2004), que compreende o magistério como um espaço historicamente feminizado, marcado por ambivalências: ao mesmo tempo em que possibilitou a inserção das mulheres no mundo do trabalho, também reforçou estereótipos de gênero associados à maternidade, ao cuidado e à vocação natural para ensinar. Apesar disso, como demonstram as narrativas literárias analisadas, esse espaço não foi homogêneo, sendo atravessado por tensões resistências e disputas simbólicas.

A presença feminina na formação dos grupos escolares no Pará deve ser compreendida como resultado de múltiplas determinações históricas. Por um lado, essas instituições contribuíram para ampliar a participação das mulheres no magistério e para redefinir sua atuação na sociedade republicana. Por outro, mantiveram estruturas hierárquicas e seletivas que restringiram sua ascensão a cargos de maior prestígio e poder.

Diante do exposto, os grupos escolares exibidos neste artigo, configuram-se como espaços de ambivalência histórica, nos quais se articularam processos de modernização educacional com o movimento republicano, ao mesmo tempo em que se prolongavam as desigualdades sociais e redefinição dos papéis de gênero. Portanto, a análise dessas dinâmicas permitiu evidenciar que a feminização do magistério no estado do Pará não foi apenas consequência da expansão escolar, mas também da expressão das disputas simbólicas e materiais que marcaram a construção da educação republicana no estado.

Resultados e discussões

A escrita deste artigo desenvolveu-se após a leitura de 8 dissertações e 1 tese, como já citado na introdução do trabalho. Esses estudos estão organizados no quadro a seguir, para uma melhor visualização do leitor:

Quadro 1: Dados gerais dos estudos analisados sobre os grupos escolares

Título				
O grupo escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema no estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968 – 2008).				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2011	Universidade Federal do Pará - UFPA	Renato Pinheiro da Costa	Grupo escolar Lauro Sodré	1968 a 2008
Título				
Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX.				

Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2011	Universidade do Estado do Pará - UEPA	Vitor Souza Cunha Nery	Província do Pará	1850 a 1899
Título				
Políticas educacionais e curriculares para o exercício do ofício de mestre no grupo escolar Doutor Otávio Meira, no município de Benevides, estado do Pará (1965 - 1976).				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2016	Universidade Federal do Pará - UFPA	Brianna Souza Barreto	Grupo escolar Doutor Otávio Moreira	1965 a 1976
Título				
Instruir e civilizar: educação de crianças no grupo escolar de Ingarapé-Mirí, Pará (1904 - 1943).				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2017	Universidade do Estado do Pará - UEPA	Marinaldo Pantoja Pinheiro	Grupo escolar de Igarapé-Mirí	1904 a 1943
Título				
A educação escolar em Fordlândia - PA e a influência da companhia Ford Industrial do Brasil - 1931 a 1945.				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2017	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	Caren Alessandra Kluska	Grupo escolar de Fordlândia	1931 a 1945
Título				
Vitrine da república: a educação de crianças no 5º grupo escolar "Barão do Rio Branco" em Belém-PA (1900-1912).				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2018	Universidade do Estado do Pará - UEPA	Mário Allan da Silva Lopes	5º grupo escolar "Barão do Rio Branco"	1900 a 1912
Título				
A administração pública do grupo escolar Benjamin Constant no contexto da década de 20 da primeira república no Pará.				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2019	Universidade Federal do Pará - UFPA	Monica de Azevedo Reschke	Grupo escolar Benjamin Constant	1922 a 1927
Título				

A história do grupo escolar de Abaeté (1903 - 1923).				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2020	Universidade Federal do Pará - UFPA	Cleiton Ponciano Santos Maués	Grupo escolar de Abaeté	1903 a 1923
Título				
A professora primária nas personagens femininas nas obras romanescas de Lindanor Celina (1920 - 1930).				
Ano	Universidade	Autor	Grupo escolar	Período
2023	Universidade Federal do Pará - UFPA	Guthemberg Felipe Martins Nery	Grupos escolares fictícios na fictícia cidade de Itaiara/Bragança - PA	1920 a 1930

Fonte: Elaboração das autoras.

A análise dos estudos sistematizados no quadro evidencia um aspecto que ultrapassa os dados imediatamente observáveis nos excertos selecionados: a presença feminina, embora fundamental para o funcionamento dos grupos escolares e para a consolidação da instrução pública, aparece de forma secundária, fragmentada e, em alguns casos, praticamente invisibilizada na escrita historiográfica dessas produções.

De modo geral, os trabalhos analisados reconhecem, ainda que de forma pontual, a participação das mulheres no magistério primário, especialmente a partir da expansão dos grupos escolares no início do século XX. No entanto, essa presença costuma ser mencionada de maneira descritiva, frequentemente limitada a registros administrativos — como listas de nomeação de professoras — ou a referências genéricas sobre a “crescente participação feminina”, sem que haja aprofundamento analítico acerca de suas experiências, condições de trabalho ou importância estrutural para o funcionamento das instituições escolares.

Embora o objetivo dos trabalhos analisados não seja discutir sobre a participação das mulheres na formação dos grupos escolares, a falta de análise sobre esse fato revela uma lacuna significativa: embora as mulheres estivessem materialmente presente nas escolas, atuando diretamente na formação das crianças e na execução do projeto educacional republicano, sua atuação não é tratada como objeto de investigação. Pelo contrário, ela aparece diluída em narrativas que privilegiam aspectos institucionais, administrativos e políticos, muitas vezes centrados na ação do Estado ou na atuação de figuras masculinas em cargos de direção.

Nessa conjuntura, isso nos leva a afirmar que há um duplo movimento de invisibilização. Por um lado, observa-se a marginalização histórica das mulheres no interior das estruturas educacionais, marcada por sua exclusão dos cargos de poder e decisão. Por outro lado, verifica-se um processo de silenciamento historiográfico, no qual as produções acadêmicas produzem, ainda que de forma não intencional, essa mesma lógica ao não problematizarem a presença feminina como categoria analítica relevante.

Em relação a isso, Joan Scott (1995), dialoga que o gênero deve ser compreendido como uma categoria fundamental de análise histórica, capaz de evidenciar relações de poder e processos de exclusão que permanecem ocultos em abordagens

tradicionais. No caso das dissertações analisadas, a ausência dessa perspectiva contribui para a naturalização da presença feminina, tratada como algo dado e não como resultado de processos sociais, culturais e políticos específicos. De forma semelhante, a autora Michelle Perrot (2019) destaca que a história das mulheres é, em grande medida, uma história marcada pelo silêncio, não apenas pela escassez de fontes, mas também pelas escolhas interpretativas que determinam o que deve ou não ser narrado.

Tais reflexões se aplicam diretamente ao corpus analisado neste artigo, no qual as mulheres aparecem, mas raramente são problematizadas em sua condição histórica, social e profissional. Por isso, torna-se possível afirmar que a baixa representatividade das mulheres nas dissertações analisadas não decorre de sua ausência nos espaços escolares, mas da forma como esses espaços têm sido historicamente investigados. Portanto, a ênfase em estruturas, legislações e políticas públicas tende a obscurecer sujeitos que, embora fundamentais para o funcionamento do sistema educacional, não ocupavam posições de poder formal.

Considerações finais

As análises realizadas a partir dos estudos pré-selecionados permitiram compreender que, embora as dissertações investigadas apresentem importantes contribuições para a história dos grupos escolares no Pará, a presença e o trabalho feminino aparecem de forma secundária e pouco problematizada. Essa afirmação se justifica pois, ainda que sejam mencionadas em diferentes contextos, as mulheres — especialmente as professoras — não ocupam lugar de centralidade nas narrativas, sendo frequentemente citadas de maneira pontual, sem aprofundamento analítico.

Dessa maneira, essa constatação revela que ao mesmo tempo em que o magistério primário se consolidou historicamente como um espaço feminizado, as produções acadêmicas não atribuem às mulheres o devido protagonismo na construção da escola pública e na organização dos grupos escolares. Assim, essa invisibilização reforça estruturas históricas de silenciamento, nas quais o trabalho feminino é naturalizado, mas não reconhecido.

Por fim, torna-se fundamental ampliar investigações que considerem as mulheres como protagonistas e escritoras da história da educação, especialmente no que se refere aos grupos escolares, rompendo com narrativas que ainda reproduzem, mesmo que de forma implícita, o apagamento de suas experiências, práticas e contribuições.

Referências

- Almeida, J. S. (2014). Mulheres na educação: Missão, vocação e destino? In D. Saviani, J. S. de Almeida, R. F. de Souza, V. T. Valdemarin (Orgs.), *O legado educacional do século XX no Brasil* (3ª ed., pp. 55–96). Autores Associados.
- Augusto, C. A., Souza, J. P., Dellagnelo, E. H. L., Cario, S. A. F. (2013). Pesquisa qualitativa: Rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da SOBER (2007–2011). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51, 745–764.
- Barreto, B. S. (2016). *Políticas educacionais e curriculares para o exercício do ofício de mestre no Grupo Escolar Doutor Otávio Meira, no município de Benevides, estado do Pará (1965–1976)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Carvalho, J. M. de. (1990). *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras.

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2026). *Catálogo de teses e dissertações*. <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>
- Costa, R. P. (2011a). *A formação de professores da Primeira República no Pará (1900–1904)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2818>
- Costa, R. P. (2011b). *O Grupo Escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar do Estado do Pará: Institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968–2008)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- De Santi, T. A., & Toillier, J. S. (2020). História das mulheres: Marcas de gênero e reflexões sobre a história oral. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática*, 5, 1–6.
- D’Incao, M. Â. (2004). Mulher e a família burguesa. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 187–200). Contexto.
- Fonseca, C. (2000). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 510–553). Contexto.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29.
- Kluska, C. A. (2017). *A educação escolar em Fordlândia-PA e a influência da Companhia Ford Industrial do Brasil (1931–1945)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Lopes, M. A. da S. (2018). *Vitrine da República: A educação de crianças no 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco em Belém-PA (1900–1912)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Pará].
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. Vozes.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. EPU.
- Maués, C. P. S. (2020). *A história do Grupo Escolar de Abaeté (1903–1923)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Muller, M. L. (1999). *As construtoras da nação: As professoras primárias na Primeira República*. Intertexto.
- Nery, G. F. M. (2023). *A professora primária nas personagens femininas nas obras romanesecas de Lindanor Celina (1920–1930)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Nery, V. S. C. (2013). *Instrução pública primária na Província do Pará na segunda metade do século XIX* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Pará].
- Pádua, E. M. M. de. (2016). *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática*. Papirus.
- Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres* (2ª ed.). Contexto.
- Pinheiro, M. P. (2017). *Instruir e civilizar: Educação de crianças no Grupo Escolar de Igarapé-Miri, Pará (1904–1943)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Pará].
- Prado, G. V. T., & Moraes, J. F. dos S. (2011). Inventário: Organizando os achados de uma pesquisa. *EntreVer*, 1(1), 137–154.
- Priore, M. del. (2004). *História das mulheres no Brasil* (7ª ed.). Contexto.

Reschke, M. de A. (2019). *A administração do Grupo Escolar Benjamin Constant no contexto da década de 20 da Primeira República no Pará* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará].

Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2ª ed.). Expressão Popular.

Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.

Universidade Federal do Pará. (2025). *Cronograma de atividades do projeto de pesquisa: Grupos escolares e o(s) papel(eis) das mulheres na história da instrução primária no Brasil na primeira metade do século XX*. UFPA.

Contribuições de Autores

Cecília Vitória Pio da Silva: Conceituação; Investigação; Metodologia; Curadoria de dados; Análise formal; Redação – versão inicial.

Lívia Sousa da Silva: Supervisão; Validação; Recursos; Redação – revisão e edição.

Uso de Inteligência Artificial (IA)

Ferramenta	Finalidade	Etapa da pesquisa
ChatGPT (OpenAI)	Busca por sinônimos	Redação